

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	13
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	14

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	15
10.2 - Resultado operacional e financeiro	35
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	37
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	42
10.5 - Políticas contábeis críticas	45
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	48
10.8 - Plano de Negócios	49
10.9 - Outros fatores com influência relevante	50

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 Em relação aos itens indicados no item 4.1 informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A FCA utiliza a política de gerenciamento de riscos de sua controladora, sendo esta aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo. A presente política estabelece as diretrizes corporativas para orientação da gestão dos riscos que impactam Companhia, suas subsidiárias, controladas e Controladoras ("Empresas VLI"), de forma a possibilitar a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, visando reduzir a probabilidade de ocorrência e seus impactos. A estratégia de gestão de riscos observada avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

A Política de Riscos estabelece as diretrizes corporativas para orientação da gestão dos riscos que impactam a Companhia, suas subsidiárias e controladas (FCA), de forma a possibilitar a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, visando reduzir a probabilidade de ocorrência e seus impactos.

A estratégia de gestão de riscos observada pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e além da categoria financeira aqueles das categorias operacional, *compliance* e estratégico.

i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma relevante os objetivos traçados pela alta administração, sua reputação, bem como os seus resultados financeiros e operacionais, dentre os quais podemos citar:

(i) **Riscos Operacionais:** são riscos decorrentes de falhas de processos e controles, em especial relativos a eventos, sejam de força maior ou decorrentes dos processos operacionais da Companhia que possam impactar as operações e utilização da capacidade instalada. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da Companhia, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

(ii) **Riscos Estratégicos:** são riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir seus objetivos e são decorrentes da habilidade da Companhia de se proteger ou se adaptar a mudanças regulatórias ou no setor logístico, em especial relativos à demanda dos clientes, estrutura de capital da Companhia e atuação em diferentes segmentos.

(iii) **Riscos Regulamentares:** são riscos de sanções legais ou regulatórias, instauração de processos legais contra a Companhia, cuja perda ou aplicação de penalidades, possa impactar a Companhia de forma relevante, do ponto de vista financeiro, operacional ou reputacional.

(iv) **Riscos de Continuidade do Negócio:** são riscos de paralisação das atividades da Companhia em virtude da não obtenção ou não renovação de concessões, incluindo, mas não se limitando a licenças ambientais.

(v) **Riscos de Custos:** são riscos de aumento dos custos das operações da Companhia, em virtude não só de condições de mercado como também decorrente de alterações legais e regulatórias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(vi) **Riscos de Controle:** são riscos associados à falta de consistência e adequação dos sistemas e controle de operações da Companhia, incluindo, mas não se limitando a sistemas de informações, bem como a falhas no gerenciamento dos controles internos da Companhia.

(vii) **Riscos de Saúde e Segurança:** são riscos associados à segurança dos empregados devido a execução de atividades e tarefas classificadas como críticas e que se não devidamente controladas podem conduzir a fatalidades.

(viii) **Riscos de Instalação:** são riscos associados a eventos de processo e que implicam, se materializados, em severidade catastrófica a pessoas, meio ambiente e instalações, como, por exemplo, riscos geotécnicos.

(ix) **Riscos de Crédito:** são riscos associados a eventos que impliquem em dificuldades para obtenção de crédito.

(x) **Riscos de Demanda:** são riscos associados às oscilações de demanda pelos produtos transportados.

(xi) **Riscos Socioambientais:** são riscos de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

ii. Instrumentos utilizados para proteção do risco

Os principais riscos aos quais os negócios e operações da Companhia estão sujeitos são monitorados periodicamente, buscando-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação desses riscos e a execução da consequente estratégia de tratamento. Destacam-se abaixo as principais práticas adotadas pela Companhia para fins de proteção aos riscos expostos:

(i) no que tange à segurança do transporte e dos produtos transportados, a Companhia se protege com investimentos de remodelação da via, equipamentos de detecção de falhas, bem como um Centro de Controle Operacional com tecnologia avançada com vistas ao gerenciamento do transporte;

(ii) a fim de mitigar o risco de aumento de preço de produtos, como de combustível, a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização deles;

(iii) a Companhia define controles capazes de prevenir a ocorrência ou mitigar as consequências relacionados a riscos relacionados à segurança do trabalho;

(iv) a Companhia identifica e implanta controles capazes de modificar a probabilidade de ocorrência de eventos de severidade catastrófica a pessoas, meio ambiente e instalações, como, por exemplo, riscos geotécnicos, os quais são periodicamente inspecionados através de protocolos específicos;

(v) de modo a minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a Companhia adota uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A Companhia efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento; e

(vi) de modo a minimizar os riscos de demanda pelos produtos transportados, a Companhia tem investido na melhoria da qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a Companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar que, como concessionária pública, a Companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclararam como "usuários dependentes". Para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato, de longo prazo, que garante o volume ou a receita.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

iii. Estrutura organizacional de gestão de riscos corporativos

A Companhia adota em sua Política de Riscos o conceito das 3 (três) Linhas de Defesa para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas:

1ª Linha de Defesa: A primeira linha é representada por todos os administradores, gestores e empregados da Companhia e de suas empresas controladas, os quais devem assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas.

2ª Linha de Defesa: A segunda linha é composta por áreas técnicas de riscos e integridade, coordenada pela Área de Controles Internos, pela Área de Riscos e pela Área de Ética e Conformidade, que fornecem a metodologia, sensibilizam e supervisionam a primeira linha. A integração e interação entre as duas linhas conta com apoio e suporte da Diretoria Executiva para que o processo seja operacionalizado e internalizado em todos os níveis da organização. Também atuam na segunda linha outras áreas, tais como Controladoria, Segurança Empresarial, Saúde e Segurança, Meio Ambiente, Segurança da Informação, Gestão de Crise e Continuidade de Negócios, Regulatório, as quais adotam as especificações técnicas necessárias, para mensurar a probabilidade e o impacto dos riscos, de acordo com cada disciplina de risco.

3ª Linha de Defesa: É representada pela Auditoria Interna, e tem como objetivo fornecer opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Não Estatutário, sobre o processo de gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos. A Auditoria Interna possui total independência em inspecionar e auditar a segunda e primeira linha. Na segunda linha a Auditoria Interna verifica a estrutura e o desempenho das áreas de riscos, controles internos e conformidade, em relação aos resultados reais *versus* propostos. Na primeira linha confronta a informação obtida da segunda linha, realizando testes de controle, análise e avaliação de riscos junto aos gestores da primeira linha. Dessa forma a organização possui cobertura total das três linhas. O canal de comunicação da terceira linha é direto com o Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Não Estatutário.



Os órgãos e áreas que atuam na estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia são os descritos abaixo:

(I) Conselho de Administração

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Cabe ao Conselho de Administração (i) aprovar as diretrizes da gestão de riscos previstas na Política, bem como suas revisões futuras; (ii) auxiliar a Diretoria na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta; (iii) estabelecer nível de exposição aceitável dos riscos (tolerância ao risco); (iv) acompanhar o perfil de riscos da organização e os planos de ação definidos em resposta aos riscos prioritários que estiverem fora das margens de tolerância; (v) zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo programa de integridade/conformidade (*compliance*) visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas.

(II) Diretoria Executiva

Cabe à Diretoria Executiva: (i) garantir que as áreas de 1ª linha e de 2ª linha de defesa disponham de recursos adequados, independência técnica necessária e orientação metodológica correta definição da matriz de risco; (ii) adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas reuniões deste órgão, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos; (iii) avaliar o desempenho dos indicadores de riscos considerados prioritários; (iv) garantir que a Área de Riscos revise, no mínimo bianualmente, a Política; (v) determinar que o Diretor diretamente responsável pelo risco prioritário providencie a instauração de procedimento para a apuração de motivos no caso de não cumprimento das medidas de resposta ao risco; (vi) avaliar, no mínimo anualmente, a eficácia da Política e dos sistemas de gerenciamento de Riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação.

(III) Comitê de Auditoria Não Estatutário ("Comitê de Auditoria")

Cabe ao Comitê de Auditoria : (i) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e (ii) auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento de controles internos, no gerenciamento de riscos e *compliance*; [(iii) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (iv) supervisionar as atividades dos auditores independentes; (v) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las; (vi) supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas; (vii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia].

(IV) Área de Riscos

Cabe à Área de Riscos: (i) analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa; (ii) prestar contas aos membros da Diretoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida; (iii) monitorar planos de ação associados aos riscos não tolerados das atividades da Companhia, bem como a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos entre os colaboradores da Companhia; e (iv) realizar análise crítica das informações dos riscos considerando apetite de riscos aprovado da Companhia.

(V) Auditoria Interna

Cabe à área de Auditoria Interna atuar de forma independente e objetiva e reporta-se ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna tem como responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, avaliar a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, bem como aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

(VI) Área de Controles Internos

Cabe à área de Controles Internos: (i) apoiar as áreas na criação de controles para mitigação de riscos e testar para entender se os controles são adequados; (ii) avaliar o desenho dos controles; e (iii) disseminar, treinar e recomendar a cultura de controles internos entre os colaboradores da Companhia.

(VII) Comitê Operacional

Cabe ao Comitê Operacional: (i) acompanhar indicadores e iniciativas de Saúde e Segurança e e investigação de acidentes graves; (ii) acompanhar as ações dos riscos prioritários operacionais; (iii) recomendar sobre a adequação e a alocação de recursos, inclusive de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

emergência, para implementação das ações mitigatórias dos Riscos operacionais, de Saúde e Segurança ou Segurança Operacional; (iv) acompanhar os pontos e ou ações referentes a vulnerabilidades operacionais, de Saúde e Segurança ou Segurança Operacional identificadas nos diagnósticos de Gestão de Riscos e Controles Internos; e (v) acompanhar e recomendar os investimentos de capital de responsabilidade do Conselho de Administração.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Os controles internos, apreciados e aprovados, no mínimo, semestralmente, consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

- (i) eficiência e efetividade operacional;
- (ii) confiança nos registros de dados e informações;
- (iii) conformidade; e
- (iv) abordagem baseada em risco.

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos em linha com as normas e políticas adotadas na empresa. A estratégia de gestão de riscos observada pela controladora indireta e pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco de aumento do custo de combustível

A fim de mitigar o risco de aumento de preço de combustível a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização dos mesmos.

Risco de crédito

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a empresa e suas controladas adotam uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosa dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A empresa efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento.

Risco de demanda pelos produtos transportados

O risco de demanda pelos produtos transportados está sendo mitigado por meio da melhoria na qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar, que como concessionária pública a companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclaram como usuários dependentes e para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato de longo prazo que garanta o volume ou a receita.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A gestão integrada de riscos da empresa e de suas controladas busca avaliar os diversos fatores de risco de mercado e o impacto que tais eventos trariam para o fluxo de caixa da Companhia. Qualquer estratégia de mitigação de risco, quando necessária, deverá ser aprovada conforme Governança interna, com o objetivo de contribuir de forma significativa para a redução da volatilidade do fluxo de caixa para os níveis desejados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração do Emissor realiza avaliação, testes e monitoramento dos controles internos apresentados nos processos operacionais, estratégicos e de impacto nas demonstrações financeiras. A partir do Mapeamento dos Processos da Companhia, são verificados os eventos de riscos associados para identificar possíveis interferências no alcance dos objetivos dos processos. Após tal identificação, verifica-se os controles praticados para mitigação dos riscos. Quando não identificado o controle, as recomendações fortalecem a necessidade de sua criação com recomendações e acompanhamentos por Plano de Ação. Na existência de controles, estes são testados e monitorados e, havendo possibilidade de melhoria, são recomendadas ações a serem praticadas pelas áreas e acompanhadas pela equipe de Riscos e Controles Internos e, também, pela Diretoria a partir do acompanhamento da performance. Os Controles Internos praticados são: controles operacionais e sistêmicos, para acompanhamento da produção e da qualidade da produção; controles financeiros para garantir o fluxo de caixa e liquidez da Companhia; controles corporativos com vistas a garantir a performance planejada entre outros mecanismos com objetivo de mitigar os riscos que afetam a capacidade de a empresa elaborar, processar e divulgar informações relevantes nas demonstrações financeiras.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos, implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A. A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos processos, identificando os controles existentes. Estes controles são avaliados quanto a sua eficácia e aderência e, quando necessário, são recomendadas ações, estratégias, para melhoria de processos, que são executadas pelas áreas e acompanhadas pelo Controle Interno. Além disto, a VLI S/A possui em sua estrutura uma área de controladoria atuante nos controles voltados para as demonstrações financeiras.

Um canal de Ouvidoria e Compliance, cujo principal objetivo é apurar as denúncias e manter a consonância das atividades da empresa com a legislação vigente, complementam essa estrutura.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos controles. Estas avaliações são refletidas em relatórios apontando a eficácia e aderência dos controles e sempre que cabível, são recomendadas ações de melhoria. Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos (recomendações), implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A.

O acompanhamento e diligenciamento das ações relacionadas aos trabalhos de Riscos e Controles internos é realizado em reuniões mensais da Diretoria Executiva e Conselho Administrativo, conforme agenda.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

RECONHECIMENTO DE RECEITA:

Apesar de possuir rotinas e procedimentos de conferência para assegurar maior controle no processo, a Companhia não possui formalizado os passos específicos, a serem seguidos pelo "control owner" para revisar as análises elaboradas pelo "preparer", de revisão do controle interno e critérios de investigação precisos (parâmetro financeiro à partir do qual toda a variação deve ser investigada) relacionados ao reconhecimento de receita no que tange: (a) a determinação do preço reajustado contratualmente antes que o mesmo seja inserido nos sistemas de faturamento (SAP e UNICOM), evitando assim faturamentos incorretos; e (b) a determinação das premissas de distância entre origem e destino e tempo necessário para a realização do transporte ferroviário, evitando assim reconhecimento de receita incorreto. É importante destacar que o "control owner" deve ser uma pessoa distinta do "preparer", com autoridade e competência

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

necessária para realizar os desafios sobre o reconhecimento de receita. O “control owner” deve documentar, na forma de memorando, as perguntas e desafios realizados ao “preparer”, assim como, as evidências fornecidas pelo “preparer” para suportar os entendimentos. Toda a documentação deve ser mantida na forma de um “book” / “binder” que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia.

Para fins de preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

Comentários da Administração:

Ao longo de 2020 a Administração envidou esforços na criação, padronização dos processos relacionados ao de “Cut Off de receita” para mitigar o risco de reconhecimento da receita apontado no item “b”. Será aprimorado pela Administração a formalização do processo de revisão do controle interno desenhado. Já a atividade de reajuste de tarifas sinalizada no item “a” está em processo de automatização, em fase de homologação com previsão de implantação em 1S21, objetivando a eliminação de reajustes retroativos por anomalia de processo. Junto com a implantação da funcionalidade de reajuste automático, será implantado um controle para validação por amostragem dos reajustes aplicados. As métricas para seleção da amostragem serão definidas pelo time de faturamento e validadas previamente com o time de auditoria externa.

ANÁLISE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS IMOBILIZADOS E INTANGÍVEL (“IMPAIRMENT”):

Apesar de ter preparado um memorando descritivo e possuir formalizado determinados passos específicos a serem seguidos pelo “control owner” para revisar as análises elaboradas pelo “preparer”, de revisão do controle interno, a Companhia desenvolveu controles que ainda possuem oportunidade de melhoria para a garantir da acuracidade relacionada à análise de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (“impairment”) e, sendo estas: (a) conferência matemática da acuracidade do fluxo de caixa descontado e planilhas suporte (links e fórmulas), (b) conferências de valores nominais e reais dos ativos reversíveis não reversíveis e (c) inclusão de um parâmetro financeiro a partir do qual toda variação do plano de negócios e modelo matemático deve ser investigada. Sugerimos incluir nos passos de revisão do controle as melhorias listadas anteriormente, considerar na estimativa da estrutura de capital da taxa de desconto, referências técnicas e bibliográficas, o valor de capitalização de mercado e avaliar a possibilidade de antecipar a data base do teste de impairment de 31 de dezembro para 31 de outubro, como forma de ter tempo hábil para concluir os entendimentos e documentações necessárias para o fechamento das demonstrações financeiras anuais.

Para fins de preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

Comentários da Administração:

A Companhia criou um book descritivo com a aplicabilidade do teste de impairment, criou um controle com a formalização dos steps de checks e conferências, além de realizar a evidência neste controle dos checks realizados. Ainda foi identificado pela auditoria externa uma evidência de erro de cálculo nos valores nominais e reais isto realmente é uma melhoria que será implementada no controle criado. Cabe ressaltar que este controle trouxe à Companhia maior assertividade e acuracidade no cálculo e teste de impairment.

ANÁLISE DE REALIZAÇÃO DE IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS:

Apesar de possuir rotinas de conferência, a Companhia não possui formalizado os passos específicos, a serem seguidos pelo “control owner” para revisar as análises elaboradas pelo “preparer”, de revisão do controle interno e critérios de investigação precisos (parâmetro financeiro à partir do qual toda a variação deve ser investigada) relacionados à apuração do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos e análise de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos que permitam identificar e endereçar possíveis inconsistências e eventuais ausências de documentação suporte relacionadas a (a) identificação e análise da natureza das diferenças temporárias no balancete contábil tendo como base as contas patrimoniais (ativos e passivos); (b) identificação e análise da natureza de todas as diferenças permanentes a serem consideradas na apuração; (c) conciliação das diferenças temporárias com a parte B do LALUR; (d) conciliação da projeção de resultados utilizados como base para análise de recuperabilidade com o orçamento aprovado pela Administração (e) conciliação da memória de cálculo da realização dos diferidos com as projeções de realização divulgadas nas demonstrações financeiras em base trimestral. Importante destacar que o “control owner” deve ser uma pessoa distinta do “preparer”, com autoridade e competência necessária para realizar os desafios sobre as análises de realização do imposto de renda e contribuição social diferido. O “control owner” deve documentar, na forma de memorando, as perguntas e desafios realizados ao “preparer”, assim como, as evidências fornecidas pelo “preparer” para suportar os entendimentos. Toda a documentação deve ser mantida na forma de um “book” / “binder” que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia.

Para fins de preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Comentários da Administração:

Apesar de ainda não terem sido formalizados de maneira descritiva os critérios e passos específicos do “preparer” e “control owner” relacionados à elaboração do cálculo do IRPJ e da CSLL, destaca-se que a Companhia possui de forma detalhada planilhas que demonstram as análises e vinculações realizadas, os quais são revisados e aprovados mensalmente pela gerência através dos lotes de contabilização. Ademais, em 2020 foi implementado o passo a passo macro de análise e revisão dos procedimentos de cálculo e contabilização do IRPJ e CSLL apurados, bem como dos tributos diferidos, que são anexados mês a mês nas memórias de cálculo dos referidos tributos. Em 2021 serão implementadas as formalizações descritivas dos critérios e passos específicos utilizados para o cálculo e revisão do IRPJ e da CSLL.

PROVISÕES PARA RISCO (CONTINGÊNCIAS):

Apesar de possuir rotinas de conferência, a Companhia não possui formalizado os passos específicos, a serem seguidos pelo “control owner” para revisar as análises elaboradas pelo “preparer”, de revisão do controle interno e critérios de investigação precisos (parâmetro financeiro a partir do qual toda a variação deve ser investigada) relacionados a conferência das informações periódicas fornecidas pelos advogados externos com os controles mantidos pelo Departamento Jurídico utilizados como base para os registros contábeis da Companhia, tendo sido identificados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a necessidade de retificações tanto das cartas de advogados quanto do mapa de contingências do Departamento Jurídico. Importante destacar que o “control owner” deve ser uma pessoa distinta do “preparer”, com autoridade e competência necessária para realizar os desafios sobre as provisões para risco e suas divulgações (contingências materializadas e contingências ainda não materializadas denominadas “unasserted claims”, assim como as divulgações de perdas prováveis e possíveis). O “control owner” deve documentar, na forma de memorando, as perguntas e desafios realizados ao “preparer”, assim como, as evidências fornecidas pelo “preparer” para suportar os entendimentos. Toda a documentação deve ser mantida na forma de um “book” / “binder” que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia. Sugerimos avaliar a possibilidade de realizar circularizações periódicas trimestrais junto aos advogados externos, como parte dos controles internos da Companhia.

Para fins de preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

Comentários da Administração:

A Companhia apresenta procedimento operacional (PRO) que define os conceitos e os parâmetros para a provisão de contingências. A equipe interna e os advogados externos conhecem e compreendem as definições contidas no documento. Melhorias envolvendo definição de procedimentos, reestruturação de processos e implantação de controles vêm sendo implementados além de melhorias no sistema/ferramenta jurídica da Companhia (Espaider) através de automatização, de forma a garantir assertividade e acuracidade das informações apresentadas. As retificações do mapa de contingência foram em decorrência de erros reiterados no preenchimento das informações no sistema jurídico por escritório específico, o qual foi notificado para regularização. Além disso, não foi possível submeter todas as revisões do “preparer” ao “control owner”, uma vez que não foram definidos os responsáveis há tempo e modo, considerando a necessidade de estruturação dessa área.

No entanto, cientes da importância do fluxo, em 2021, a área foi reestruturada e criada uma célula de controle e prevenção das atividades desempenhas pelo Departamento Jurídico. A célula será composta por um advogado, um analista com formação contábil e um líder especialista em controladoria interna. Todas as contratações foram realizadas, pendente apenas o líder especialista que entrará em 19/03/2021. Dentre as principais atividades, a nova área deverá garantir a acuracidade das informações lançadas no sistema, criar, registrar e treinar os processos da Gerência, buscar sistemas, inovações e métodos de melhoria das atividades e circularização periódica dos escritórios externos. Previamente, já estão definidos pessoas distintas para representar o “preparer” e o “control owner”, a fim de garantir o suporte necessário para a confiança nos números apresentados pelo Departamento.

CONTROLE PATRIMONIAL DOS ATIVOS IMOBILIZADOS E INTANGÍVEIS:

Apesar de possuir procedimentos de conferência para assegurar maior controle nos processos relacionados aos ativos imobilizados e intangíveis com o objetivo de obter melhor acuracidade na mensuração do custo dos ativos e apuração da depreciação/amortização, a Companhia não possui formalizado os passos específicos, a serem seguidos pelo “control owner” para revisar as análises elaboradas pelo “preparer”, de revisão do controle interno e critérios de investigação precisos (parâmetro financeiro a partir do qual toda a variação deve ser investigada) relacionados (a) monitoramento tempestivo dos projetos (obras) em curso, com frequência superior à frequência trimestral do controle executado pela Administração; (b) a determinação do momento adequado para a capitalização (transferências entre ativos em curso para ativos em serviço) tempestiva dos ativos imobilizados e intangíveis evitando a postergação do registro de despesas dedutíveis e antecipação de impostos, com frequência superior à frequência trimestral do controle executado pela Administração; e (c) cadastro patrimonial tempestivo dos ativos imobilizados e intangíveis considerando a sua natureza, em que pese as iniciativas de inventário periódico já existentes e implementadas pela Administração. Importante destacar que o “control owner” deve ser uma pessoa

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

distinta do “preparer”, com autoridade e competência necessária para realizar os desafios sobre as questões dos ativos imobilizados e intangíveis. O “control owner” deve documentar, na forma de memorando, as perguntas e desafios realizados ao “preparer”, assim como, as evidências fornecidas pelo “preparer” para suportar os entendimentos. Toda a documentação deve ser mantida na forma de um “book” / “binder” que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia. Sugerimos aumentar a frequência do controle interno desenhado pela Administração da Companhia e o desenvolvimento de um modelo de formulário para a formalização das aprovações e monitoramento das obras em andamento e momento adequado para a sua capitalização. Reforçamos a importância de aumentar a frequência de interação das áreas de Gestão de projetos, Gestão Patrimonial e Contabilidade, como forma de obter informações corretas e tempestivas.

Para fins de preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

Comentários da Administração:

Ao longo de 2020, a Administração envidou esforços na maturação, padronização e melhor execução do processo de imobilizado, tendo culminado no desenho de controles trimestrais com maior sinergia e confiabilidade na compilação dos bancos de dados. Não obstante, a Administração concorda com os apontamentos sugeridos e envidará esforços, respeitando as limitações sistêmicas e processuais atreladas ao SAP, bem como o pipeline de aprimoramentos já previstos nos processos da área, para materializar as sugestões apontadas acima.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Vide respostas inseridas na seção anterior.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A reputação e imagem positivas da FCA são um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados. Mais do que isso, são um resultado direto do comportamento e do compromisso da equipe. Todos devem estar comprometidos com a honestidade, confiança e respeito pelos outros, sendo responsáveis pela disseminação e prática desses princípios.

Neste sentido, (i) atitude certa para resolver, (ii) respeito às pessoas sempre e (iii) tolerância zero contra a corrupção representam os pilares da cultura ética da companhia.

O Código de Conduta Ética reflete um conjunto de valores que buscam assegurar credibilidade e preservar a imagem da empresa, no curto e longo prazo, junto aos mercados em que atua regularmente e se aplica a toda FCA: diretores, empregados e administradores, que incluem os membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como fornecedores e prestadores de serviços. Anualmente os empregados passam por uma reciclagem no Código de Conduta Ética, renovando seu compromisso com o mesmo.

Em caso de descumprimento, os Colaboradores estarão sujeitos à ações disciplinares, tais como advertência (verbal ou formal), suspensão, demissão ou destituição. Seguindo as normas da Gerência Geral de Gente da Companhia e as legislações específicas aplicáveis.

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora da FCA, VLI, em agosto de 2014 e passou por duas revisões até 2018. Ele fica disponível no sistema de documentos normativos da Companhia. Visando garantir o cumprimento das cláusulas do Código de Conduta, foi desenvolvido o Código de Conduta do Fornecedor que é distribuído para todos os fornecedores e está disponível na página web institucional com penalidades previstas em caso de descumprimento. Ao firmar um contrato com o fornecedor a área de suprimentos analisa o cumprimento de condutas necessárias para prestação de serviços na FCA. Além disso, o fornecedor deve se comprometer com Ética e Conformidade através da cláusula anticorrupção incluída em seu contrato de prestação de serviço.

Além do Código de Conduta Ética, a empresa possui mais dois documentos que normatizam as regras de Ética e Conformidade: o documento Diretrizes de Ética e Conformidade e o documento Diretrizes de Patrocínios e Doações. Todos passam por revisões bianuais. O primeiro discorre sobre os tópicos: corrupção e suborno; pagamentos facilitadores; relacionamento com fornecedores, representantes e demais terceiros; conflitos de interesses; cláusula anticorrupção; contribuições e campanhas políticas; lavagem de dinheiro; fusões e aquisições; relacionamento com o setor público, e; recebimento e oferecimento de refeição, viagem, hospedagem, entretenimento, evento, presentes e brindes. Já o segundo, detalha o procedimento para a realização dos patrocínios e doações pela Companhia.

A área de Ética e Conformidade foi criada em 2014 e atualmente está ligada à Diretoria Jurídica e de GRC (Governança, Gestão de Riscos e Compliance). Os pilares que regem o programa de Ética e Conformidade são baseados na metodologia ABC (Anti-Bribery & Corruption):

1. Tone from the top (liderança pelo exemplo);
2. Assessment de riscos;
3. Supervisão e Recurso para o Compliance
4. Código de Conduta Ética, Políticas e Normas;
5. Comunicação e treinamentos contínuos;
6. Monitoramentos e Controles Internos;
7. Due Diligence ;
8. Canal de denúncia, mecanismos de investigação e disciplinares;
9. Reporting (resultados documentados e divulgados).

A Área de Ética e Conformidade deve atuar como instância consultiva nas questões relacionadas ao Código de Conduta Ética e responde diretamente à Diretoria Jurídica e GRC e atua com autonomia e dotação orçamentária própria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Baseado nos valores da Companhia, o Canal de Ética tem como objetivo ser meio para comunicação segura e, se desejada, anônima, entre colaboradores, terceiros e a Companhia, no qual é possível reportar atos em desacordo com as políticas internas e legislações aplicáveis ou suspeitas nesse sentido. Trata-se de Canal aberto, ou seja, qualquer pessoa, ainda que não tenha vínculo com a Companhia, pode entrar em contato para reportar uma (suspeita de) irregularidade, incluindo, clientes, fornecedores, terceiros e a comunidade em geral.

O acesso ao canal ocorre das seguintes maneiras: 1) via site ou telefone, inclusive secretária eletrônica (divulgados amplamente nos meios de comunicação: site institucional da Companhia, intranet, assinaturas de e-mail, PGS de Ética e divulgado nos treinamentos) 2) e-mail, 3) diretamente com a área de Ética e Conformidade. Ainda, uma denúncia pode ser realizada junto a qualquer gestor da Companhia, que deverá informar a área de Ética sobre a situação.

Número do Canal de Ética: 0800.721.0782

Site: www.canaldeetica.com.br/vli

Ao entrar em contato por telefone, de segunda-feira a sexta-feira, no período de 10h às 18h, o relator tem acesso a um analista isento da empresa terceira, que coleta os dados da denúncia e faz questionamentos pertinentes para elevar a qualidade do relato e permitir melhor apuração. Em contato fora deste período, o relator deixa sua mensagem gravada por meio da secretária eletrônica e os analistas da empresa a transcrevem e analisam a denúncia posteriormente.

As denúncias são registradas, verificadas e investigadas, pela Gerência de Ética e Conformidade, área responsável pelo recebimento das denúncias. No entanto, as denúncias referentes aos Diretores da Companhia são recebidas pela área de Auditoria Interna e discutidas com Comitê de Pessoas, Governança e Estratégia e Conselho de Administração da Companhia

Com o objetivo de evitar a retaliação aos denunciadores e pessoas que colaboram com a apuração de relatos, a Companhia conta com proibição expressa nesse sentido em seu Código de Conduta Ética. Se identificada essa prática o infrator está sujeito a medidas disciplinares, incluindo o seu desligamento.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

De acordo com a diretriz de Ética e Conformidade, sempre que o "Sistema VLI" tiver a intenção de iniciar algum processo de reestruturação societária (fusões ou aquisições) ou joint venture ou participação em consórcios, deverá ser realizada a Due Diligence prévia para verificar se a empresa alvo da incorporação cometeu algum desvio pertinente à legislação anticorrupção nacional e estrangeira (quando a empresa for multinacional).

Caso seja identificado qualquer envolvimento da empresa alvo em desvios éticos, fraudes e/ou corrupção, o Comitê de Auditoria deverá deliberar sobre a continuidade ou não do processo de fusão ou aquisição e estabelecer mitigadores, se aplicável

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Item não aplicável à FCA uma vez que a Companhia possui controles, procedimentos e políticas conforme respostas anteriores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

A Companhia, no exercício de 2020, revisou sua Política de Riscos, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo. Esta ocorreu visando melhorar práticas e diretrizes, de forma a contribuir para o gerenciamento dos riscos e controles em maiores níveis de maturidade.

A revisão da Política de Riscos apresentou como alterações significativas a melhor definição de papéis e responsabilidades dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, atribuiu de forma mais clara poderes para os proprietários de riscos, e tornou a tolerância a riscos corporativos mais restritiva.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes estão nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos Diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Brasil e o mundo vêm atravessando uma grave crise de saúde com a pandemia pelo novo coronavírus, que tem gerado impactos sobre a atividade econômica e a sociedade em geral desde o início de 2020. Por meio do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, o Governo Federal estabeleceu que os serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral são um serviço essencial à comunidade. Assim, os serviços prestados pela Ferrovia Centro Atlântica S.A. ("FCA") se enquadram nessa categoria.

Desde Março de 2020, a FCA adotou diversas medidas relacionadas à COVID-19 e não parou as suas atividades. Apesar da queda da atividade industrial, com destaque para o 3T2020, a Companhia superou os desafios operacionais e comerciais e bateu recordes mensais históricos de volumes transportados.

Apesar do cenário macroeconômico com restrições, a safra recorde 19/20 foi uma boa notícia. Neste sentido, a FCA se mostrou preparada para atender os seus clientes e encerrou o ano atingindo um crescimento de EBITDA em 23,2% em relação ao ano anterior, alinhado ao aumento da sua receita líquida em 11,3% no mesmo período.

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais					
(em milhões de R\$)	2016	2017	2018	2019	2020
Receita bruta	1.966	2.439	2.733	2.686	2.989
Receita líquida	1.667	2.125	2.414	2.417	2.689
EBITDA	246	375	472	828	1.020
Resultado do exercício	-26	7	40	-99	-114
Volume ferrovia (milhões de TKU)	9.344	12.692	13.121	11.536	12.955
Margem EBITDA	14,76%	17,65%	19,55%	34,26%	37,93%
Margem lucro	-1,56%	0,33%	1,66%	-4,10%	-4,23%

Em 2020, a FCA investiu o valor total de R\$ 516 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para a entrega das ampliações dos pátios do projeto Capacitação Sertão e do projeto Pátio Valefértil (linha 2).

b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$ 5,139 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 360,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,833 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 111,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,381 bilhões enquanto a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 24,8 milhões..

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e também recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Em milhares de Reais			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado	5.437	5.066	8.734
Compra de ativo imobilizado e intangível	(516.090)	(547.463)	(631.901)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(510.653)	(537.331)	(623.167)

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia receberá recursos de sua controladora VLI Multimodal S.A. através de empréstimos mútuos ou de aporte de capital.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados***

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS**

Em milhares de Reais

	31/12/2020	AV%	31/12/2019	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	360.825	4,07	111.905	1,26	222,44
Contas a receber	135.403	1,53	193.546	2,18	(30,04)
Derivativos	-	0,00	69	0,00	n/a
Estoques	201.417	2,27	215.546	2,43	(6,55)
Tributos a recuperar	76.780	0,87	133.836	1,51	(42,63)
Demais ativos	31.615	0,36	22.790	0,26	38,72
Total do circulante	806.040	9,09	677.692	7,63	18,94
Não circulante					
Contas a receber	274.208	3,09	256.387	2,89	6,95
Tributos a recuperar	250.182	2,82	169.705	1,91	47,42
Contas a receber da RFFSA (União)	106.843	1,21	101.089	1,14	5,69
Demais ativos	2.702	0,03	2.258	0,03	19,66
Depósitos judiciais	82.899	0,94	90.273	1,02	(8,17)
Tributos diferidos sobre o lucro	300.765	3,39	254.327	2,86	18,26
Imobilizado	1.525.164	17,21	1.557.051	17,54	(2,05)
Intangível	5.514.957	62,22	5.769.615	64,98	(4,41)
Total do ativo não circulante	8.057.720	90,91	8.200.705	92,37	(1,74)
Total do ativo	8.863.760	100,00	8.878.397	100,00	(0,16)

Passivo e patrimônio líquido

Circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores	328.021	3,70	320.391	3,61	2,38
Contas a pagar	17.382	0,20	12.800	0,14	35,80
Derivativos	191	0,00		0,00	n/a
Tributos a recolher	12.435	0,14	10.847	0,12	14,64
Obrigações sociais e trabalhistas	89.169	1,01	114.169	1,29	(21,90)
Arrendamentos e concessão	685.843	7,74	613.710	6,91	11,75
Antecipações de clientes	34.380	0,39	38.921	0,44	(11,67)
Demais passivos	3.950	0,04	-	0,00	n/a
Receitas diferidas	2.048	0,02	2.048	0,02	0,00
Total do passivo circulante	1.173.419	13,24	1.112.886	12,53	5,44
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	165.028	1,86	66.389	0,75	148,58
Benefícios a empregados	1.788	0,02	1.586	0,02	12,74
Receitas diferidas	19.728	0,22	21.775	0,25	(9,40)
Arrendamentos e concessão	2.104.685	23,74	2.613.000	29,43	(19,45)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	260.000	2,93	230.000	2,59	13,04
Total do passivo não circulante	2.551.229	28,78	2.932.750	33,03	(13,01)
Patrimônio líquido					
Capital social	4.663.258	52,61	4.663.150	52,52	0,00
Reservas de capital	475.854	5,37	169.611	1,91	180,56
Total do patrimônio líquido	5.139.112	57,98	4.832.761	54,43	6,34
Total do passivo e patrimônio líquido	8.863.760	100,00	8.878.397	100,00	(0,16)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Considerações sobre as principais contas do Ativo****Ativo Circulante**

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 677,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 806,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de aproximadamente de 18,94%. Tal variação é justificada principalmente pela redução de contas a receber e tributos a recuperar no curto prazo e o incremento de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,31% em 31 de dezembro de 2020 e 99,01% em 31 de dezembro de 2019, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	3.228	1.833
Aplicações financeiras	357.597	110.072
	360.825	111.905

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 8,201 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 8.058 bilhões em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 1,74% % do total do ativo não circulante, representado substancialmente pelo incremento de tributos a recuperar no longo prazo e os tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 5,770 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,515 bilhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 4,41% do total do intangível. Destaca-se os investimentos em material rodante, aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 43,4 milhões, as transferências de imobilizado para intangível no montante de R\$ 259,7 milhões, as amortizações totais de R\$ 423,3 milhões, bem como as movimentações oriundas de IFRS, descartando-se correções monetárias de R\$ 222,1 milhões e suas respectivas amortizações de R\$ 361,1 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para um redução líquida de R\$ 254,7 milhões nos saldos.

	Direitos de concessão	Direitos de uso	Benfeitorias em bens	Intangível em andamento	Total
			Softwares	Arrendados	
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	43.168	2.708.012	21.886	5.280.152	8.494.120
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	222.069	-	-	222.069
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(67)	-	-	(67)
Adições	-	-	-	-	43.347
Baixas	-	-	(18)	(5.214)	(5.232)
Transferências	-	-	3	232.384	259.725
	43.168	2.930.014	21.871	5.507.322	9.013.962

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Saldo em 31 de dezembro de 2020****Valor de amortização**

Saldo em 1º de janeiro de 2020	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	-	(2.724.505)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(361.090)	-	-	-	(361.090)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	6.116	-	-	-	6.116
Adições	(2.066)	-	(2.098)	(419.108)	-	(423.272)
Baixas	-	-	18	2.793	-	2.811
Transferências	-	-	-	935	-	935

Saldo em 31 de dezembro de 2020

(31.462)	(695.816)	(19.744)	(2.751.983)	-	(3.499.005)
-----------------	------------------	-----------------	--------------------	----------	--------------------

Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2020

13.772	2.367.170	4.222	2.943.549	440.902	5.769.615
--------	-----------	-------	-----------	---------	-----------

Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020

11.706	2.234.198	2.127	2.755.339	511.587	5.514.957
--------	-----------	-------	-----------	---------	-----------

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.112,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.173,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um incremento de 5,44% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelas correções monetárias oriundas do IFRS 16 na rubrica de arrendamento e concessões, cujo montante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 685,8 milhões, representando um aumento de R\$ 72,1 milhões em 2020.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 2.932,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 2.551,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 13,01% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pela redução da exposição na linha de arrendamentos e concessão, cuja variação em 2020 foi de R\$ 508,3 milhões, bem como incremento da posição de provisão para contingências no montante de R\$ 98,6 milhões em 2020.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,833 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,139 bilhões em 31 de dezembro de 2020, representando aumento de aproximadamente 6,34% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2020, bem como o aumento de capital com constituição e reserva de capital no montante de R\$ 420 milhões que se deu ao longo de 2020.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020	AV%	31/12/2019	AV%	AH%
--	------------	-----	------------	-----	-----

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita líquida de serviços prestados	2.689.383	100,00	2.417.420	100,00	11,25
Custo dos serviços prestados	(2.388.393)	(88,81)	(2.286.961)	(94,60)	4,44
Lucro bruto	300.990	11,19	130.459	5,40	130,72
Receitas (despesas) operacionais	(224.200)	(8,34)	(124.770)	(5,16)	79,69
Gerais e administrativas	(95.465)	(3,55)	(91.846)	(3,80)	3,94
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(111.989)	(4,16)	(32.616)	(1,35)	243,36
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	(16.746)	(0,62)	(308)	(0,01)	5.337,01
Lucro operacional antes do resultado financeiro	76.790	2,86	5.689	0,24	1.249,80
Resultado financeiro	(236.877)	(8,81)	(152.551)	(6,31)	55,28
Receitas financeiras	10.648	0,40	8.951	0,37	18,96
Despesas financeiras	(260.858)	(9,70)	(221.678)	(9,17)	17,67
Ganhos com variação monetária e cambial	13.333	0,50	60.176	2,49	(77,84)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(160.087)	(5,95)	(146.862)	(6,08)	9,01
Imposto de Renda e Contribuição Social	46.438	1,73	48.209	1,99	(3,67)
Tributos correntes	-	0,00	(10.154)	(0,42)	(100,00)
Tributos diferidos	46.438	1,73	58.363	2,41	(20,43)
Prejuízo do exercício	(113.649)	(4,23)	(98.653)	(4,08)	15,20
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(0,90)		(0,82)		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2020, a receita líquida somou R\$ 2,689 bilhões, representando um aumento de 11,25% sobre o mesmo período de 2019, no valor de R\$ 2,417 bilhão.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 2,388 bilhões, o que representou um aumento de 4,4% em relação ao mesmo período de 2019, no valor de R\$ 2,287 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2020 foram o incremento da partilha de frete e da depreciação e amortização em R\$ 153,1 milhões, contrabalanceados pela redução dos serviços contratados e materiais no montante de R\$ 46,1 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 111,9 milhões negativos em 31 de dezembro de 2020 o que representou um incremento de, aproximadamente, 243,4% em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$ 32,6 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 79,3 milhões tem como principal impacto o registro em julho de 2019 de R\$ 78,6 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017 e reconhecidos em 2019 em função de ter a jurisprudência pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. Adicionalmente, observou-se em 2020 um incremento nas receitas de vendas de materiais na ordem de R\$ 16,9 milhões e redução dos efeitos de registro de processos judiciais em R\$ 29,5 milhões. Como contrapartida, destaca-se incremento de despesas referentes ao custo de baixa de ativos em R\$ 10,5 milhões, provisões para contingências cuja variação somou R\$ 16,6 milhões negativos em 2020 e incremento das indenizações por take or pay no montante de R\$ 16,3 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 76,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, em decorrência dos fatores citados acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 236,9 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 152,6 milhões, representando incremento de 55,3%. Tal variação se deu basicamente pelos ganhos de R\$ 60,6 milhões e oriundos do registro de créditos tributários referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, registrados em 2019, conforme mencionado acima, contrabalanceados pelo incremento dos juros aplicáveis sobre as contingências da FCA, cuja variação em 2020 montou em R\$ 44,2 milhões.

Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 146,9 milhões negativo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 160,1 milhões negativos em 31 de dezembro de 2020, representando um incremento de aproximadamente 9,0%. Destaca-se os efeitos extraordinários, reconhecidos em 2019, referentes ao registro de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, bem como incremento de provisões para contingências, em 2020, contrabalanceados pelo incremento do resultado bruto, conforme citado acima.

Prejuízo do exercício

Em 2020 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 113,7 milhões frente aos prejuízos de R\$ 98,7 milhões apurados em 2019.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(113.649)	(98.653)
Ajustes de:		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Depreciação e amortização	943.370	822.132
Provisão para perdas de estoques	4.634	-
Perda de recebíveis	2.045	421
Trânsito em julgado de contingência ativa	-	(59.690)
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	115.093	37.857
Derivativos	191	(69)
Ganhos com variação monetária e cambial, líquidas	(13.333)	(60.176)
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	11.003	5.425
Receitas diferidas	(2.048)	(2.048)
Encargos de fianças bancárias	174	483
Ajuste a valor presente	(4.982)	(3.152)
Despesas com benefícios a empregados	406	1.004
Tributos diferidos sobre o lucro	(46.438)	(58.364)
Despesas financeiras – arrendamentos	183.815	191.357
	1.080.281	776.527
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	26.805	12.094
Derivativos	69	-
Estoques	9.495	(69.492)
Tributos a recuperar	61.362	49.673
Depósitos judiciais	13.783	10.172
Contas a receber da RFFSA (União)	(468)	(356)
Demais ativos	(9.135)	7.726
Fornecedores	6.818	40.902
Contas a pagar	4.582	(59.621)
Tributos a recolher	1.588	(1.982)
Obrigações sociais e trabalhistas	(25.000)	24.124
Benefícios a empregados	(204)	(1.719)
Antecipações de clientes	(4.541)	(2.520)
Demais passivos	3.955	(2.256)
	1.169.390	783.272
Caixa líquido gerado pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.027)	(43.474)
	1.166.363	739.798
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	5.437	5.066
Aquisição de imobilizado e intangível	(516.090)	(547.463)
	(510.653)	(542.397)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	450.000	370.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(856.790)	(480.348)
	(406.790)	(110.348)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	248.920	87.053
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	111.905	24.852
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	360.825	111.905

Em 2020 a companhia apresentou um incremento de caixa na ordem de R\$ 161,9 milhões em comparação ao ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS**

Em milhares de Reais

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	111.905	1,26	24.852	0,46	350,29
Contas a receber	193.546	2,18	191.583	3,56	1,02
Derivativos	69	0,00	-	0,00	n/a
Estoques	215.546	2,43	146.054	2,71	47,58
Tributos a recuperar	133.836	1,51	122.686	2,28	9,09
Despesas pagas antecipadamente	1.115	0,01	20.455	0,38	(94,55)
Sinistros a recuperar	1.649	0,02	-	0,00	n/a
Demais ativos	20.026	0,23	25.288	0,47	(20,81)
Total do circulante	677.692	7,63	530.918	9,85	27,65
Não circulante					
Contas a receber	256.387	2,89	267.629	4,97	(4,20)
Despesas pagas antecipadamente	-	0,00	12.586	0,23	(100,00)
Tributos a recuperar	169.705	1,91	20.609	0,38	723,45
Contas a receber da RFFSA (União)	101.089	1,14	97.851	1,82	3,31
Sinistros a recuperar	72	0,00	2.761	0,05	(97,39)
Demais ativos	2.186	0,02	2.186	0,04	0,00
Depósitos judiciais	90.273	1,02	100.152	1,86	(9,86)
Tributos diferidos sobre o lucro	254.327	2,86	195.963	3,64	29,78
Imobilizado	1.557.051	17,54	929.388	17,25	67,54
Intangível	5.769.615	64,98	3.227.856	59,91	78,74
Total do ativo não circulante	8.200.705	92,37	4.856.981	90,15	68,84
Total do ativo	8.878.397	100,00	5.387.899	100,00	64,78

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em milhares de Reais

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	320.391	3,61	278.977	5,18	14,84
Contas a pagar	12.800	0,14	72.421	1,34	(82,33)
Tributos a recolher	10.847	0,12	12.725	0,24	(14,76)
Obrigações sociais e trabalhistas	114.169	1,29	90.045	1,67	26,79
Arrendamentos e concessão	613.710	6,91	42.001	0,78	1.361,18
Antecipações de clientes	38.921	0,44	41.441	0,77	(6,08)
Receitas diferidas	2.048	0,02	2.048	0,04	0,00
Demais passivos	-	0,00	2.255	0,04	(100,00)
Total do passivo circulante	1.112.886	12,53	541.913	10,06	105,36
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	66.389	0,75	28.447	0,53	133,38
Benefícios a empregados	1.586	0,02	2.301	0,04	(31,07)
Receitas diferidas	21.775	0,25	23.824	0,44	(8,60)
Arrendamentos e concessão	2.613.000	29,43	-	0,00	n/a
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	230.000	n/a	410.000	7,61	(43,90)
Total do passivo não circulante	2.932.750	33,03	464.572	8,62	531,28
Patrimônio líquido					
Capital social	4.663.150	52,52	4.638.837	86,10	0,52
Reservas de capital	169.611	1,91	-	0,00	n/a
Prejuízos acumulados	-		(257.423)	(4,78)	(100,00)
Total do patrimônio líquido	4.832.761	54,43	4.381.414	81,32	10,30
Total do passivo e patrimônio líquido	8.878.397	100,00	5.387.899	100,00	64,78

Considerações sobre as principais contas do Ativo**Ativo Circulante**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 530,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 677,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente de 27,7%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento contas a receber, caixa/equivalentes de caixa, tributos.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 99,01% em 31 de dezembro de 2019 e 99,20% em 31 de dezembro de 2018, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2018	31/12/2018
		(Reapresentado)
Caixa e bancos	1.833	2.765
Aplicações Financeiras	110.072	22.087
	111.905	22.852

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Ativo Não Circulante**

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,857 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 8,201 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 68,9 % do total do ativo não circulante.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3,228 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5,770 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 78,7% do total do intangível. Destaca-se os investimentos em material rodante, aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 447,0 milhões, as transferências de intangível para imobilizado no montante de R\$ 224,9 milhões, as amortizações totais de (R\$ 314,3 milhões), bem como os efeitos da adoção ao IFRS 16 (R\$ 2.619,9 milhões) e suas movimentações de correções monetárias (R\$ 72,2 milhões), adições (R\$ 15,9 milhões) e amortizações (R\$ 340,8 milhões) que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 2,542 bilhões nos saldos.

	Direitos de concessão	Direitos de uso	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados	Intangível emandament o	Total
Valor de custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	43.168	-	21.887	4.624.978	559.001	5.249.034
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	2.619.890	-	-	-	2.619.890
Correções monetárias IFRS 16	-	72.222	-	-	-	72.222
Adições IFRS 16	-	15.900	-	-	-	15.900
Adições	-	-	-	-	447.003	447.003
Baixas	-	-	-	(22.930)	-	(22.930)
Transferências	-	-	(1)	678.104	(453.464)	224.639
Transferências Resolução 4.131/13	-	-	-	-	(111.638)	(111.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.168	2.708.012	21.886	5.280.152	440.902	8.494.120
Valor de amortização						
Saldo em 1º de janeiro de 2019						
Adições IFRS 16	(27.330)	-	(14.958)	(1.978.890)	-	(2.021.178)
Adições	-	(340.842)	-	-	-	(340.842)
Baixas	(2.066)	-	(2.706)	(309.583)	-	(314.355)
Transferências	-	-	-	19.855	-	19.855
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	(67.985)	-	(67.985)
	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	-	(2.724.505)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	15.838	-	6.929	2.646.088	559.001	3.227.856
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	13.772	2.367.170	4.222	2.943.549	440.902	5.769.615

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Imobilizado**

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 929,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.557,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente 67,5% e está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, manutenção de via permanente, dragagem, aquisição, recuperação, modernização de vagões (R\$ 100,46 milhões), bem como os efeitos da adoção ao IFRS 16 (R\$ 692,84 milhões) e suas movimentações de correções monetárias (R\$ 8,9 milhões), adições (R\$ 197,6 milhões) e amortizações (R\$ 134,7 milhões) que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 627,6 milhões nos saldos.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	14.476	167.937	984.073	98.567	243.559	4.082	1.512.694
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	216.773	476.066	-	-	-	692.839
Correções monetárias IFRS 16	-	4.660	4.295	-	-	-	8.955
Adições IFRS 16	-	-	197.613	-	-	-	197.613
Adições	-	-	-	-	100.460	-	100.460
Baixas	-	-	(26.492)	-	(1.653)	-	(28.145)
Transferências	(445)	53.274	6.189	4.697	(220.994)	1.545	(155.734)
	14.031	442.644	1.641.744	103.264	121.372	5.627	2.328.682
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(2.565)	(71.844)	(490.646)	(17.937)	-	(314)	(583.306)
Adições IFRS 16	-	(48.781)	(86.011)	-	-	-	(134.792)
Adições	(602)	(18.045)	(41.124)	(13.519)	-	(200)	(73.490)
Baixas	-	-	20.729	-	-	-	20.729
Transferências	-	(8)	(222)	-	-	(542)	(772)
	(3.167)	(138.678)	(597.274)	(31.456)	-	(1.056)	(771.631)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	11.911	96.093	493.427	80.630	243.559	3.768	929.388
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	10.864	303.966	1.044.470	71.808	121.372	4.571	1.557.051

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 541,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.112,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um incremento de 105,4% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelos registros advindos da adoção ao IFRS 16 na rubrica de arrendamento e concessões, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 613,7 milhões.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 464,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.932,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente de 531,3% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelos registros advindos da adoção ao IFRS 16 na rubrica de arrendamento e concessões, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2,61 bilhões.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,381 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 4,833 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando aumento de aproximadamente 10,3% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2019, bem como o aumento de capital com constituição e reserva de capital no montante de R\$ 550 milhões que se deu ao longo de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.417.420	100,00	2.413.961	100,00	0,14
Custo dos serviços prestados	(2.286.961)	(94,60)	(2.210.215)	(91,56)	3,47
Lucro bruto	130.459	5,40	203.746	8,44	(35,97)
Receitas (despesas) operacionais	(124.770)	(5,16)	(134.307)	(5,56)	(7,10)
Gerais e administrativas	(91.846)	(3,80)	(84.367)	(3,49)	8,86
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(32.616)	(1,35)	(54.462)	(2,26)	(40,11)
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	(308)	(0,01)	4.522	0,19	(106,81)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	5.689	0,24	69.439	2,88	(91,81)
Resultado financeiro	(152.551)	(6,31)	(8.210)	(0,34)	1.758,11
Receitas financeiras	(221.678)	(9,17)	7.250	0,30	(3.157,63)
Despesas financeiras	8.951	0,37	(27.642)	(1,15)	(132,38)
Ganhos com variação monetária e cambial	60.176	2,49	12.182	0,50	393,97
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(146.862)	(6,08)	61.229	2,54	(339,86)
Imposto de renda e contribuição social	48.209	1,99	(21.398)	(0,89)	(325,30)
Tributos correntes	(10.154)	(0,42)	(9.582)	(0,40)	5,97
Tributos diferidos	58.363	2,41	(11.816)	(0,49)	(593,93)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(98.653)	(4,08)	39.831	1,65	(347,68)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	(0,82)		0,36		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2019, a receita líquida somou R\$ 2,417 bilhões, representando um aumento marginal de 0,14% sobre o mesmo período de 2018, no valor de R\$ 2,414 bilhão.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 2,287 bilhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 3,5% em relação ao mesmo período de 2017, no valor de R\$ 2,210 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2019 foram o aumento das despesas de pessoal, materiais, partilha de frente

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

serviços contratados, *utilities* e viagens em R\$ 113,2 milhões, contrabalanceados pela redução de combustíveis no montante de R\$ 42,8 milhões.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 91,9 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 8,9% em relação ao mesmo período de 2018, no valor de R\$ 84,4 milhões. A variação é basicamente justificada pelo aumento do compartilhamento de despesas com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 32,6 milhões negativos em 31 de dezembro de 2019 o que representou uma redução de, aproximadamente, 40,1% em relação ao mesmo período de 2018, quando totalizou R\$ 54,4 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 21,8 milhões tem como principal impacto o registro em julho de 2019 de R\$ 78,6 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017 e reconhecidos em função de ter a jurisprudência pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. Como contrapartida ao incremento, destaca-se provisões para contingências que somaram R\$ 22,7 milhões negativos em 2019, frente a reversões de provisões em 2018 no montante de R\$ 27 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 69,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência dos fatores citados acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 152,6 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 8,2 milhões, representando incremento de 1.760%. Tal variação se deu basicamente pelos ganhos de R\$ 60,6 milhões e oriundos do registro de créditos tributários referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, conforme mencionado acima, contrabalanceados pelos efeitos de despesa financeira do IFRS 16 que somaram R\$ 191,3 milhões.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 61,2 milhões positivo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 146,9 milhões negativos em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de aproximadamente 340%. Tal variação se deu em razão dos impactos da adoção ao normativo IFRS 16, bem como os efeitos de incremento de custos não acompanhados pelos incrementos nas receitas, conforma supracitado. Destaca-se também o efeito positivo do registro de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Em 2019 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 98,7 milhões frente aos lucros de R\$ 39,8 milhões apurados em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(98.653)	39.831
Ajustes de		
Depreciação e amortização	822.132	402.804
Perdas de recebíveis	421	-
Trânsito em julgado contingência ativa	(59.690)	-
Baixas para perda	-	(2.940)
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	37.857	(30.927)
Derivativos	(69)	-
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(60.176)	(12.182)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	-	1.825
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	5.425	(4.112)
Receitas diferidas	(2.048)	(1.727)
Encargos de fianças bancárias	483	-
Ajuste a valor presente	(3.152)	13.503
Despesas com benefícios a empregados	1.004	(1.290)
Tributos diferidos sobre o lucro	(58.364)	11.816
Despesas financeiras – arrendamentos	191.357	-
	776.527	416.601
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	12.094	16.334
Derivativos	-	483
Estoques	(69.492)	(68.401)
Tributos a recuperar	49.673	(86.063)
Tributos antecipados sobre lucro	-	25.206
Despesas pagas antecipadamente	1.223	(150)
Depósitos judiciais	10.172	7.846
Sinistros a recuperar	1.037	29.525
Demais ativos	5.466	23.892
Fornecedores	40.902	95.019
Contas a pagar	(59.621)	(280.937)
Tributos a recolher	(1.982)	(4.606)
Tributo a recolher sobre o lucro	-	25.047
Obrigações sociais e trabalhistas	24.124	(1.339)
Benefícios a empregados	(1.719)	(7.648)
Contas a receber da RFFSA (União)	(356)	-
Arrendamento e concessões	-	4.121
Receitas diferidas	-	2.284
Antecipações de clientes	(2.520)	(5.506)
Demais passivos	(2.256)	(12.345)
Caixa líquido gerado pelas operações	783.272	179.363
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.474)	(13.935)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	739.798	165.428
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	5.066	8.734
Aquisição de imobilizado e intangível	(547.463)	(631.901)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(542.397)	(623.167)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	370.000	410.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(480.348)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(110.348)	410.000
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	87.053	(47.739)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.852	72.591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	111.905	24.852

Em 2019 a companhia apresentou um incremento de caixa na ordem de R\$ 87,1 milhões em comparação ao ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes na receita

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19, que afetou de forma direta a toda população. Medidas de segurança foram tomadas e a FCA superou novamente os desafios operacionais e comerciais. A exportação de grãos seguiu a expectativa para o ano, a redução das atividades econômicas ocasionadas pela pandemia impactou o setor siderúrgico.

Diante desse cenário, a FCA se mostrou resiliente e encerrou o ano com crescimento em receita líquida comparativamente a 2019.

A receita bruta da Companhia passou de R\$ 2.686 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 2.989 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representa um aumento de 11,3% em comparação a 2019.

As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de grãos agrícolas e produtos industrializados. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado. Além dos grãos agrícolas e produtos industrializados, pela malha da Companhia, são também movimentadas mercadorias diversas, tais como: produtos siderúrgicos, calcário e insumos da indústria siderúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo.

Desempenho Operacional

Em 2020, o volume transportado foi de 24,9 bilhões de TKU, 7,0% maior que o realizado em 2019. Os produtos transportados pela FCA são agrupados em quatro segmentos chaves: Grãos e Açúcar, Industrializados, Siderurgia e Construção e Fertilizantes.

Grãos e Açúcar.

O segmento de Grãos e Açúcar tem como principais produtos transportados soja, milho e açúcar. O segmento finalizou o ano de 2020 com 15,7 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2020 de R\$ 1,4 bilhões.

Industrializados.

O segmento de Industrializados tem como principais produtos transportados derivados do petróleo (diesel e gasolina), biocombustíveis e indústria sucroalcooleira, produtos florestais (celulose e madeira) e mineração. O segmento finalizou o ano de 2020 com 3,7 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2020 de R\$ 415 milhões.

Siderurgia e Construção.

O segmento de Siderurgia e Construção tem como principais produtos transportados carvão mineral, calcário, gusa e minério de ferro e aços planos e longos. O segmento finalizou o ano de 2020 com 2,2 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2020 de R\$ 254 milhões.

Fertilizantes.

O segmento de Fertilizantes tem como principais produtos transportados enxofre, fosfato, fertilizantes e cloreto de potássio. O segmento finalizou o ano de 2020 com 3,2 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2020 de R\$ 346 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Investimentos.

Em 2020, a FCA investiu o valor total de R\$ 516 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para a entrega das ampliações dos pátios do projeto Capacitação Sertão e do projeto Pátio Valefértil.

No mais, no ano de 2019 a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) realizou, junto ao Ministério Público, União, ANTT e DNIT, o acordo de processos judiciais, encerrando todas e quaisquer discussões existentes entre as partes referente às obrigações previstas na resolução ANTT 4131/2013.

A FCA substituiu a obrigação de realizar obras pelo compromisso de pagar em 60 parcelas, a partir de 31 janeiro de 2020, o valor de cerca de R\$ 1,2 bilhão. O acordo é positivo para a companhia, já que a obrigação anterior de investir em obras ocasionava glosas pelo poder público sobre parte dos valores, o que impedia o abatimento total dos custos incorridos. Assim, foram encerrados os processos judiciais e administrativos sobre o assunto, e a FCA segue preservada de possíveis penalidades ou indenizações provenientes das obrigações de execução das obras.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia são afetados, positivamente pelo incremento de receita líquida (R\$ 272,0 milhões) ocasionado pela melhor performance de volumes transportados se comparados ao ano de 2019; os custos operacionais (sem depreciação) também apresentaram impacto positivo (R\$ 19,8 milhões) decorrente de ganho de eficiência na utilização de materiais de manutenção conforme mencionado no item 10.1(h). Em contrapartida, a companhia sofreu impacto negativo de -R\$ 121,3 milhões em depreciação e -R\$ 99,0 milhões em *take or pay* e outras receitas operacionais, principalmente devido à eventos não recorrentes registrados no ano de 2019. Diante destes fatores, o resultado operacional na companhia se encerrou melhor que o ano de 2019 em R\$ 71,1 milhões.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida aumentou de R\$ 2.417 milhões em 2019 para R\$ 2.689 milhões em 2020, principalmente em razão dos melhores volumes e preços nos segmentos de fertilizantes, grãos e açúcar no negócio ferroviário. Os preços médios da Ferrovia apresentaram melhora de 4,58% em relação ao ano de 2019, acima da inflação do período (IPCA 4,52%).

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

Em 2020, o resultado financeiro da FCA foi diretamente impactado pelo aumento da despesa de juros sobre processos jurídicos e por menores receitas financeiras com atualização monetária de ativos se comparada ao ano de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

c. Eventos ou operações não usuais

(i) REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. ("Vale"), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013, a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto total de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Ao final dos 25 anos, quaisquer saldos remanescentes serão pagos integralmente à FCA pela Vale.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015, 2017 e 2018, e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016, dezembro de 2017 e dezembro de 2018, os montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões e R\$ 6,2 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve recebimentos, dado a FCA não ter apurado lucro tributável, restando montante a receber de R\$ 242.545 (2019 - R\$ 239.394). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Vale pagou o montante de R\$ 11.225.

(ii) Registro créditos de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a FCA registrou R\$ 114.659 mil de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2014 e referentes aos processos 2007.38.00.006470-7. Em julho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado de decisão favorável à FCA, proferida no Mandado de Segurança n.º 2007.38.00.006470-7, por esta impetrado com o objetivo de excluir do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. A referida decisão retroagirá ao ano de 2002 a 2014 e permitirá a compensação como créditos extemporâneos. Por sua vez, o processo 0064670-06.2015.401.3800 ainda permanece pendente de julgamento.

(iii) Reapresentação de informações comparativas

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração da Companhia concluiu processo de revisão de conciliações contábeis que culminou com a identificação de erros referentes a exercícios anteriores nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, demais ativos, tributos a recuperar, depósitos judiciais, tributos diferidos sobre o lucro e fornecedores.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Os ajustes sustentam-se substancialmente em falhas de controles internos e no processo de conciliação da Companhia e que derivam do rápido e vertiginoso crescimento das operações nos anos que se sucederam a criação do Grupo VLI. A mitigação se dá pela implementação de rotinas e controles mais rígidos, bem como fortalecimento da cultura interna no Grupo VLI.

Adicionalmente, a Companhia revisou seu entendimento quanto ao momento de reconhecimento de suas contingências de discussão da exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e COFINS. O reconhecimento dado no exercício de 2018 se sustentou no fato de ter o Supremo Tribunal Federal, no RE nº 574.706, em sede de repercussão geral, pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. A Administração concluiu portanto, que o trânsito em julgado constitui indicador primário no reconhecimento dos ganhos e portanto, está procedendo com o estorno dos ganhos registrados no exercício de 2018.

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração no balanço patrimonial:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	30.643	(5.791)	24.852
Tributos a recuperar	182.321	(59.635)	122.686
Demais ativos	30.511	(5.223)	25.288
	601.567	(70.649)	530.918
Não circulante			
Tributos a recuperar	86.241	(65.632)	20.609
Depósitos judiciais	241.083	(140.931)	100.152
Tributos diferidos sobre o lucro	164.856	31.107	195.963
	5.032.437	(175.456)	4.856.981
	5.634.004	(246.105)	5.387.899
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	279.797	(820)	278.977
Tributos a recolher sobre o lucro	25.046	(25.046)	-
	567.779	(25.866)	569.793
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(37.184)	(220.239)	(257.423)
	4.601.653	(220.239)	4.348.498
	5.634.004	(246.105)	5.387.899

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração do resultado do exercício:

		31/12/2018
Original	Ajustes	Reapresentado

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Receitas (despesas) operacionais	(53.290)	(81.017)	(134.307)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26.555	(81.017)	(54.462)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	150.456	(81.017)	69.439
Resultado financeiro	50.365	(58.575)	(8.210)
Ganhos com variação monetária e cambial	70.757	(58.575)	12.182
Imposto de renda e contribuição social	(68.020)	46.622	(21.398)
Tributos correntes	(39.664)	30.082	(9.582)
Tributos diferidos	(28.356)	16.540	(11.816)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	132.801	(92.970)	39.831

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2018		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	132.801	(92.970)	39.831
Baixas para perda	-	(2.940)	(2.940)
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(70.757)	58.575	(12.182)
Tributos diferidos sobre o lucro	28.356	(16.540)	11.816
Tributos a recuperar	(134.604)	48.541	(86.063)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	170.763	(5.334)	165.428
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(623.167)	-	(623.167)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	410.000	-	410.000
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(42.404)	(5.335)	(47.739)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	73.047	(456)	72.591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.643	(5.791)	24.852

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020.

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Leases (Arrendamentos)” - Revisão 16/2020 - Revisão de Pronunciamentos Técnicos

O documento estabeleceu alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

O arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, que atenda aos requisitos do item 46(b), é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando esta Norma se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O expediente prático aplica-se apenas aos Benefícios Concedidos em Contrato de Arrendamento que ocorram como consequência direta da pandemia da Covid-19 e somente se todas as seguintes condições forem satisfeitas:

(a) a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

(b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendam após 30 de junho de 2021); e

(c) não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

Se o arrendatário aplicar o expediente prático, deve divulgar:

(a) que aplicou o expediente prático a todos os Benefícios Concedidos em Contratos de Arrendamento. ou, se não aplicou a todos os benefícios, informações sobre a natureza dos contratos para os quais aplicou o expediente prático; e

(b) o montante reconhecido no resultado do período que refletir as mudanças nos pagamentos ocasionadas pelos benefícios concedidos com relação aos contratos de arrendamento para os quais foi aplicado o expediente prático.

Transição

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia possui contratos de arrendamento de vagões e locomotivas com terceiros que tiveram seus fluxos de pagamento reestruturados, mediante carência das parcelas previstas de pagamento no 2º semestre de 2020 e pagamento reestruturado até o final de cada contrato.

A Companhia optou por aderir ao expediente prático e os efeitos nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020 somam R\$ 14.176, tendo sido registrados como custos, seguindo a contabilização de pagamentos variáveis exigidas pelo expediente prático.

(ii) Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência à IFRS 9 e IFRS 7.

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência.

A Companhia não possui contratos com tais exposições e logo, não possui impactos com a norma.

(iii) Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS

A Companhia adotou as alterações incluídas nas Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS pela primeira vez em 2020. As alterações incluem as alterações subsequentes às Normas afetadas de modo que elas se referem à nova Estrutura. Porém, nem todas as alterações, atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações contidas na Estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada. Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASC adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada.

As Normas alteradas são IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, e SIC-32.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

(iv) Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios

A Companhia adotou as alterações à IFRS 3 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs ("produtos"), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos.

As alterações excluem a avaliação sobre se os participantes de mercado são capazes de substituir quaisquer insumos ou processos em falta e continuar a produzir produtos. As alterações também introduzem orientações adicionais que ajudam a determinar se um processo substantivo foi adquirido.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

(v) Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 e IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição do que é material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de 'ocultação' de informações materiais com o conceito de informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.

O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de 'possível influência' para 'possível influência razoável'.

A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual que contém uma definição de material ou faz referência ao termo 'material' para garantir consistência.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c. Ênfases presentes no parecer do auditor

Saldos e transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e do saldo de contas a receber em

31 de dezembro de 2020 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

COVID-19

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações e as ações tomadas até o momento.

d. Ressalvas no parecer do auditor

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos não financeiros para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16/CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

Os contratos de concessão podem ser extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

(i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

(ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

(i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.

(ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.

(iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras*****a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não havia itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Vide item 10.6, acima.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2020, a FCA investiu o valor total de R\$ 516 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para a entrega das ampliações dos pátios do projeto Capacitação Sertão e do projeto Pátio Valefértil.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da FCA e de aportes da controladora.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva,

c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Projetos de ferrovia, desenvolvimento de novos produtos e engenharia de planejamento.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 4,968 milhões, frente aos R\$ 4,373 milhões investidos em 2019.

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2020 foram investidos R\$ 4,968 milhões.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020, o total gasto foi de R\$ 4,968 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Em 31 de dezembro de 2020, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.